O MOVIMENTO OPERÁRIO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

ELIANE PIRES SEABRA[*]

As primeiras fases da classe operária no Brasil estão ligadas a uma cultura advinda da aristocracia cafeeira em decorrência de sua expansão. A formação da mão-de-obra para a produção agrícola foi solucionada em princípio pela força de trabalho imigrante, que em virtude das suas insatisfações no campo migram para as áreas urbanas, compondo o quadro de operários da indústria nascente. O processo de fomentação da indústria originou-se da supressão das necessidades no abastecimento para os cafeicultores. Para se ter uma melhor compreensão das condições impostas aos operários partiremos do processo de formação industrial no Brasil numa tentativa de entender as formas propostas pelos empregadores aos operários.

A necessidade de mais trabalhadores na produção, devido à expansão cafeeira, levou a um aumento significativo de trabalhadores nos cafezais e em áreas urbanas, provocando um alastramento do uso do dinheiro pela massa da população. A expansão do café significou um incremento econômico e social em função da estrutura organizada para sua negociação a princípio incrementada pelos próprios cafeicultores favorecendo o aparecimento industrial. A implantação do sistema de distribuição e comercialização do café beneficiou indiretamente o desenvolvimento industrial com suas obras de viabilização, como a construção de estradas de ferro, a sistematização do porto de Santos e o investimento em companhias elétricas.

Vários fatores foram importantes na implantação das indústrias no Brasil. De início podemos analisar o abastecimento deficitário para a manutenção das fazendas que contavam com o mercado importador para solução deste problema, pois as fazendas não possuíam uma cultura de produção subsistente dedicavam toda sua força de trabalho para o mercado exportador. A necessidade de braços para a lavoura cafeeira não permitia que o trabalhador se dedicasse às culturas de subsistência, o que significava uma falha no suprimento e na manutenção deste mercado crescente, ocasionando numa maior dependência de importações para o abastecimento da burguesia cafeeira. Outro

[*] UNIVERSO – Universidade Salgado de Oliveira, Mestranda

fator importante refere-se à transição do trabalho cativo para o livre, momento este que resultou num prejuízo de disposição de mão-de-obra.

As circunstâncias que favoreceram a criação do processo industrial pelos importadores basearam-se na necessidade de implantação de mecanismos de abastecimentos mais próximos e eficientes em torno da burguesia cafeeira. Os importadores, geralmente estrangeiros, possuíam condições favoráveis à obtenção de créditos e um conhecimento do mercado, fruto de sua atuação no comércio. A relação de interesses em torno dos importadores lhes dava abrangência de mercado pela sua atuação junto ao fabricante nacional que usava de seus serviços de distribuição. A maioria dos industriais paulistas começou suas atividades industriais devido a uma experiência como importador. Os empresários mantinham as atividades de importação e industriais conjuntamente, numa forma de manutenção das relações que favorecessem sua indústria. A proximidade que os importadores mantinham com o capital estrangeiro viabilizou as concessões de créditos e o incremento de seus negócios. Os importadores, em geral imigrantes, viriam a ser os grandes industriais e tendiam a empregar compatriotas por acreditarem que estes empregados seriam mais confiáveis e também pela questão cultural que facilitaria o desenvolvimento do trabalho.

De acordo com Dean (1971), o processo industrial foi visto como um negócio de alto risco, como uma "indústria artificial", ao contrário do café que crescia em grande escala.

A princípio as indústrias eram pequenas e quase artesanais, não formando ainda núcleos industriais, desta forma corroboraram para as péssimas condições de trabalho dispostas aos operários fabris.

O Rio de Janeiro, por ser a capital, facilitava estruturalmente a formação industrial pelas suas condições mais favoráveis no transporte de mercadorias, pela obtenção de créditos, por possuir a instalação de casas financeiras que, mesmo estes tendo ressalvas quanto a este tipo de investimento e mão-de-obra concediam investimentos. A mão-de-obra e os transportes se constituem de forma incipiente e de baixa qualificação, mas em quantidade numérica razoável para atender ao início deste processo. Convém ressaltar a questão da força motriz que a princípio é suprida pelo carvão importado e depois pela energia elétrica.

Os imigrantes inicialmente atuaram conjuntamente com os escravos nas fazendas, numa forma de potencializar o trabalho do escravo no período de transição do trabalho escravo para o livre e foram os primeiros operários agrícolas do país. A entrada do imigrante no mercado de trabalho não representou um aumento significativo deste. A atuação do imigrante nas fazendas não foi tranqüila, pois havia também muita insatisfação por parte destes trabalhadores, uma vez que "o fazendeiro detinha poderes absolutos, (dominava as instituições do Estado polícia e magistratura), colocadas a seu serviço" (SILVA, 1985:21) obtendo um controle maior sobre a atuação do trabalhador rural. Os colonos inicialmente eram orientados a não se ocuparem com plantações de subsistência e de só se dedicarem a plantação do café, até que os cafeeiros atingissem a maturidade, num intuito claro de mantê-los dependentes do armazém da fazenda controlado pelo fazendeiro.

A chegada constante de imigrantes resultou numa redução do salário dos trabalhadores rurais em função da oferta excessiva de mão-de-obra. "Duas determinações estruturais devem ser levadas em conta no primeiro período de formação da classe operária. Uma diz respeito às condições de oferta de mercado de trabalho; outra, à composição étnica da classe, com predominância de estrangeiros" (SILVA, 1985:22). Um contingente migratório se destinou aos núcleos urbanos constituindo um aumento na oferta de mão-de-obra elevando os motivos de exploração a esta nova classe de trabalhadores, os operários industriais.

A força de trabalho industrial em geral era composta maciçamente pelos imigrantes, chegando a compor quase 90 % dos braços operários (SIMÃO, 1966:31), que a princípio vinham subsidiados pelo Estado para preencher o quadro desfalcado da lavoura cafeeira. Havia também imigrantes que viajavam por conta própria e destinavam seu trabalho as áreas urbanas passando bem longe do processo agrícola.

Grande parte das sucessivas levas de colonos, chegadas para a cafeicultura, não se fixou na zona rural. O mercado de trabalho rural foi apenas uma larga via de acesso a outras oportunidades de trabalho nos núcleos urbanos.

Os trabalhadores nacionais à terça parte da força de trabalho imigrante.

Os ideais de luta e resistência

O imigrante não só trouxe em sua bagagem a experiência do seu ofício como também as formas de reivindicação e organização operária. No Rio de Janeiro realizou-se a primeira manifestação de cunho socialista pelos direitos dos operários, em 1870. O socialismo sofria um enorme preconceito por parte da população e suas ações e seus adeptos eram igualados a criminosos. Essa imagem equivocada do socialismo foi difundida por interesses políticos contrários a concessão dos direitos dos trabalhadores. Era comum a implantação de falsos militantes dentro do movimento operário, com a finalidade de desarticular e desmoralizar a corrente libertária recém chegada da Europa.

Os grupos socialistas constituídos em sua maioria por estrangeiros já enfrentavam certa discriminação dos brasileiros, e esse sentimento era ainda mais forte por parte das autoridades, num intuito claro de justificar a perseguição dos propagadores de idéias sociais. Constantemente eram acusados de ações que não cometeram.

O aumento populacional de São Paulo foi significativo, principalmente a partir de 1890, chegando, já em 1900, a triplicar sua população em decorrência de um elevado número de imigrantes. A cidade consolidou-se como maior mercado distribuidor e passou a ser a segunda maior cidade do país. As necessidades de consumo da cidade em plena expansão favoreceram a aceleração do crescimento das indústrias.

Os movimentos sociais que ocorreram em São Paulo no início da República eram de cunho anarquista, propagados pela publicação de periódicos, visando à abrangência e a disseminação dos ideais libertários. Tais periódicos exaltavam a Internacional, e proporcionavam à classe trabalhadora em formação um melhor conhecimento de seus interesses. São Paulo não possuía uma grande área industrial nesse período, em geral as indústrias eram de pequeno e médio porte. Os primeiros conflitos sociais irão se concentrar nos setores secundários e de serviços e a maior concentração de trabalhadores ainda era no campo.

Um fator de dispersão dos movimentos de reivindicação por parte dos trabalhadores rurais era a questão geográfica, a distância entre as fazendas, representando um obstáculo para a união do grupo. “As condições específicas do meio rural dificultaram ao extremo a organização dos trabalhadores e a eclosão de greves” (SILVA, 1985:21). O movimento operário brasileiro possuiu um desenvolvimento lento em razão de suas

peculiaridades. A heterogeneidade das raças que formavam a sociedade brasileira representou outro fator de acentuada dispersão entre a classe trabalhadora.

Os operários urbanos possuíam uma melhor remuneração em relação ao operário agrícola. As diferenças das condições de trabalho entre os trabalhadores rurais e urbanos brasileiros eram acentuadas e foram relatadas em um documento enviado ao Congresso Internacional Socialista de Londres em 1896. Constavam neste documento como principal denúncia às questões relativas à remuneração, com elevado índice de diferenciação para a classe de trabalhadores urbanos.

As formas precárias e insalubres das habitações dos operários refletiam suas dificuldades econômicas. Os meios de transporte assim como o elevado custo dos aluguéis pesava no orçamento familiar e geralmente as famílias optavam por moradias próximas das indústrias para a diminuição com estes gastos. As famílias em geral se instalavam em cortiços, casebres, pensões, casas de cômodos e etc. Muitos se instalavam em cômodos atrás de vendas, nos fundos de depósitos, em cocheiras, estábulos ou qualquer cômodo oferecido a preços mais acessíveis ao seu salário. Os locais alugados pelos operários possuíam péssimas condições de higiene e recursos. As principais dificuldades encontradas referem-se a aposentos sem luz, sem ventilação, alguns ambientes que acomodavam várias famílias com cômodos utilizados como áreas comuns. Em alguns casos habitação servia como um local só para dormir. As condições insalubres desses ambientes facilitavam a contaminação e propagação de doenças, consistindo numa grave preocupação por parte do governo. Com a propagação de doenças pela má condição de higiene destes locais de habitação começaram a surgir bairros industriais e vilas operárias.

A partir de 1900 houve um recrudescimento das lutas pelo socialismo e a sua união a correntes antimonárquicas. Essa união favoreceu o surgimento de um Partido Socialista que atuou até 1902, e o surgimento do jornal *Avanti,!* que em curto espaço de duração conquistou o status de publicação diária. A imprensa operária representava um meio eficaz de promover a coesão entre os operários e divulgar seus direitos incitando movimentos de luta e reivindicação. Inúmeras redações de jornais foram criadas durante a primeira fase da república e alguns periódicos, mesmo com curto espaço de duração, foram a forma mais eficaz de propagação e esclarecimento aos operários.

O socialismo passou a ter um caráter mais político, combativo e os operários começaram a se organizar de maneira mais autônoma, com "as organizações de ofício, a liga de resistência, a federação operária" (PINHEIRO, 1979:39).

O emprego de estrangeiros, em grande maioria os italianos, nas fábricas contribuiu para a propagação do anarquismo que influenciou predominantemente na camada proletária até os anos 20. Os anarquistas eram perseguidos pelas forças policiais e constantemente retidos para averiguação, principalmente pelas publicações sobre o 1º de maio. As perseguições aos propagadores da doutrina anarquista deflagraram inúmeros incidentes violentos entre a polícia e os militantes.

A sociedade era composta por grupos culturalmente divergentes e essas diferenças acentuavam uma forte xenofobia, principalmente contra os italianos, que mantinham ainda muitas de suas tradições. Os anarquistas e socialistas, na tentativa de diminuir esse acirramento na relação com os brasileiros recomendavam a eliminação das festas patrióticas italianas. Os organizadores se colocavam de forma muito reticente e não aceitavam as posições dos grupos contrários. Estas divergências levavam a confrontos entre os grupos, produzindo vítimas. Esses movimentos intensificaram e justificaram perante a sociedade a necessidade de controlar essas doutrinas em nosso país. A perseguição aos anarquistas e socialistas e provocaram uma resposta mais repressiva da polícia através do regime de reclusão.

As encenações de peças teatrais eram largamente usadas pelos socialistas numa forma de convencer e fazer os operários aderir ao movimento, por simbolizar uma linguagem mais acessível ao operário, através da dramatização de seu cotidiano. Desta forma o teatro conseguia trazer uma maior proximidade do operário à causa, buscando uma reflexão e identificação com os ensaios apresentados. Eram constantes os elogios destinados aos companheiros que se utilizavam destes meios de conscientização como podemos verificar na citação a seguir sobre o militante Giulio Sorelli.

> O nosso caro Sorelli não é um bom escritor, não é um dramaturgo, mas é um operário, e a vida que ele nos põe em cena, conhece-a, vive-a. Por isso foi bem sucedido, e o seu drama, sobretudo no prólogo, agradou e agradou e muito, como lhe mostraram os quentes aplausos que recebeu. Aí está um bocado de teatro que nos vai dar pretexto para muita propaganda (PINHEIRO, 1979:32).

Os operários que exerciam qualquer atividade fabril, mesmo os de pequenas indústrias, recebiam panfletos informativos de conscientização de classe e

reconhecimento de seus direitos. Eram comuns nesse tipo de comunicação as orientações quanto a sua integridade e dignidade enquanto operários e a recomendação para se evitar que seu descontentamento fosse direcionado para um uso abusivo do álcool o que levaria um descaso de seus protestos.

A situação do operário urbano desenvolveu-se de forma peculiar conforme a região. No Rio de Janeiro havia uma maior desvalorização do salário em relação a São Paulo em função do elevado custo de vida. Os empresários paulistas proporcionavam melhores concessões e direitos aos operários em razão de sua estrutura funcional e por possuírem uma maior oferta de mão-de-obra e melhor produtividade.

As condições de trabalho dos operários eram demasiadamente exaustivas, a carga horária no início do século chegava a apresentar turnos de 14 horas diárias seguidas de produção por uma mesma turma de operários em fábricas têxteis. Os abusos cometidos pelo patronato incluíam cobrança indevida de multas, para os transgressores dos regulamentos na empresa, onde eram cobrados não só pela assiduidade e pela pontualidade, mas também pelo ritmo intenso e progressivo em sua produção. Era comum a aplicação de castigos corporais aplicados principalmente aos aprendizes. Havia um enorme distanciamento na relação entre os operários e o patronato e seus representantes na chefia como os mestres e contramestres. Essa relação era necessária em função do clima de subserviência criado no processo de produção.

Os congressos operários

O Primeiro Congresso Operário (1906) foi de grande importância para o movimento operário, dando origem a um sistema de organização a Confederação Operária Brasileira (COB) que igualou a organização operária a nível nacional. A confederação era formada pela participação exclusiva de sindicatos de trabalhadores assalariados e que defendiam a resistência. A confederação nomeou o jornal *A Voz do Trabalhador* como difusor das resoluções da confederação e instituiu a contribuição dos sindicatos para a manutenção da confederação. Esta confederação buscava, sobretudo a união dos trabalhadores em torno de uma única causa e não só a defesa dos interesses dos trabalhadores, mas acabar com as organizações das classes em células separadas por ofícios, objetivando compor sindicatos mais organizados e ligados a uma única confederação.

No congresso foram estabelecidas as resoluções que abrangeriam o movimento operário passando a desvincular da resistência as influências políticas e religiosas que poderiam constituir formas de divergência entre os operários.

A legitimação e o reconhecimento do 1º de maio pelo governo como dia do trabalhador era motivo de preocupação do congresso por esta conquista talvez trazer certa passividade e gerar um esmorecimento da causa trabalhista.

O congresso estabelecia que os operários que atuassem em cargos dentro dos sindicatos não deveriam ser remunerados, salvo os que se dedicassem em tempo integral. E estes cargos de forma alguma poderiam ser ocupados por não-operários, mestres, contramestres e encarregados que poderiam trazer prejuízo à causa por não se identificarem com o movimento ou atuarem como representantes dos patrões o que seria um motivo de divergência dentro do grupo.

Nas recomendações relativas às formas de reivindicação pela ação operária o congresso determinou como principais formas as greves, sabotagens, a boicotagem.

O principal foco do congresso consistia na redução da carga horária que representaria indiretamente um aumento de salário e a melhoria nas condições de vida. O operário obtendo uma disposição maior de tempo livre poderia dedicar-se a sua educação, elevando seu nível de formação e aumentando suas oportunidades dentro do ambiente de trabalho que viria a refletir num aumento de seu salário.

No que concerne à divulgação dos modos de comunicação operária o congresso orientava como melhores métodos de propagação os cartazes, folhetos, a publicação em jornais, as representações do cotidiano operário em peças teatrais, conferências e bibliotecas.

O congresso estabeleceu a eliminação de multas aplicadas nas fábricas aos operários sob qualquer pretexto. Orientava os operários também sobre o direito de voto, a necessidade da manutenção de uma escola laica, a negociação do recebimento dos salários semanalmente, a fim de diminuir o prejuízo se houvesse calotes; em situações de falência o operário deveria buscar auxílio em tribunais para que seus direitos fossem reconhecidos.

As questões econômicas e sociais da vida dos operários geravam grandes preocupações de parte do congresso, que instruía os operários ao uso da resistência contra o aumento abusivo dos aluguéis nos bairros operários.

O alcoolismo era um grande obstáculo ao movimento de organização operária e deveria ser feita uma campanha contra o excessivo uso de bebidas alcoólicas, engajando todos os operários contra esse vício.

O trabalho das mulheres era um motivo de grande preocupação para o congresso, devido ao seu alto grau de exploração e baixíssima remuneração. O congresso defendeu a importância de sua organização através de sindicatos, eliminando sua concorrência com os homens e fazendo a união destes trabalhadores.

Os operários agrários assim como os urbanos deveriam ter a mesma forma de organização através dos sindicatos e manter a veiculação de material informativo com a intenção de trazer esclarecimentos e união a esta classe.

Aos colonos, em razão de suas péssimas condições nas fazendas, sendo seu trabalho quase equiparado a escravidão, o congresso orientava para não imigrarem mais enquanto no Brasil fossem tratados daquela forma, tornando pública essa condição de seu sofrimento.

Neste congresso ainda haveria a importante inclusão dos trabalhadores marítimos, mineiros e os operários do Estado que pleiteavam o cumprimento da lei de oito horas.

Os sentimentos de coesão após o congresso marcaram o desencadeamento da luta em 1907, pelas oito horas diárias em São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Recife. Esse movimento obteve êxito para algumas categorias de trabalhadores, como os marceneiros, pintores, carpinteiros, chapeleiros, pedreiros, marmoristas, encanadores, canteiros e trabalhadores em veículos em São Paulo. O congresso alertava quanto às concessões dadas pela classe patronal, o que muitas vezes ocorria somente para dispersar o grupo, e alertava para que deveria haver uma vigilância constante por parte dos trabalhadores no intuito de tornar a conquista das oito horas diárias permanente. Era costume da classe patronal ceder, no princípio, às reivindicações operárias, numa tentativa de parar o movimento grevista e passada a efervescência do movimento, retornavam as mesmas antigas condições.

O movimento de greve não se limitava a uma manifestação praticada apenas pelos operários urbanos, os operários agrícolas, mesmo com todas as dificuldades e dispersão deste grupo, atuavam nesses movimentos como forma de garantir alguns de seus direitos. As formas de repressão por parte dos fazendeiros consistiam no fechamento da venda para os envolvidos no movimento grevista, principal fornecedor de produtos para

os colonos, e também contra a utilização de repressão policial em constantes ameaças de expulsão.

A expulsão baseava-se na lei existente no Brasil de 1907, que concedia o direito de expulsão aos estrangeiros que fossem prejudiciais à ordem vigente no país. Os estrangeiros que residiam há mais de dois anos no país, eram casados com brasileira, possuíam filhos brasileiros ou ainda possuíam bens em território nacional não eram passíveis a tal processo de expulsão.

A partir de 1913, a lei de expulsão dos estrangeiros sofreria alterações através do projeto elaborado pelo deputado Adolfo Gordo onde relegava todas essas concessões, passando ao Poder Executivo o direito de expulsar qualquer estrangeiro que representasse "subversão da ordem". Muitos foram os protestos contrários a execução desta lei, sendo até discutida sua ação no exterior. A partir deste ano inúmeros foram os casos de expulsão, principalmente de anarquistas.

O Segundo Congresso Operário Estadual de São Paulo, em 1908, manteve as determinações do Primeiro Congresso Operário Brasileiro de 1906, incluindo a temática relativa ao trabalho das crianças e a preocupação com a manutenção dos fundos de greve pelos sindicatos.

O congresso organizado em 1912, pelo filho do presidente da República Marechal Hermes da Fonseca, o então deputado Mário da Fonseca, foi denominado de Quarto Congresso Operário Brasileiro, pelo fato de seus organizadores terem levado em consideração os dois congressos anteriores ao de 1906. Este congresso pouco contribuiu para o movimento, segundo os anarquistas por julgá-lo corrompido em razão dos conchavos políticos, a começar pelo seu organizador, partidário dos interesses do governo.

Em 1913, começaram as convocações pelo jornal, principal meio difusor do congresso, A *Voz do trabalhador*, para o Segundo Congresso Operário Brasileiro em que

> participaram duas federações estaduais, cinco federações locais e mais de cinqüenta sindicatos, ligas e associações de várias partes do Brasil. A representatividade havia crescido e na, sua grande maioria, as propostas do primeiro Congresso foram corroboradas pelas plenárias de 1913. Entretanto, alguns assuntos foram introduzidos nesse novo congresso, tais como: crítica ao corporativismo, discussão sobre bolsas de trabalho, definição de salário mínimo, atitude do proletariado diante da guerra, e uma moção texto do encontro o termo "socialismo anarquista", em oposição à propriedade privada, capitalismo e autoridade (SAMIS, 2004: 137).

A greve geral de 1917 ocorreu sob o entusiasmo dos acontecimentos na Rússia e sob forte repressão policial. Mesmo assim os operários encontraram nas notícias dos acontecimentos no exterior um ponto motivador para a luta por sua causa, já tão deficitária em razão das forças policiais que reprimiam veementemente qualquer associação de operários. Os operários eram constantemente perseguidos e autuados como verdadeiros criminosos enchendo as prisões e cadeias do país. Os sindicatos eram alvos freqüentes de arrombamentos e assaltos numa forma de destruir qualquer oportunidade de coesão das idéias de transgressão do sistema vigente.

A situação da população proletária estava muito prejudicada pelas dificuldades econômicas do período de guerra (1914-1918). Os operários atravessavam uma situação de perdas salariais, em virtude do elevado preço dos gêneros de primeira necessidade. Dos fatores que mobilizaram os operários a carestia do custo de vida constituiu o principal motivo de união entre a grande massa adepta do movimento. A morte de um companheiro anarquista, o sapateiro José Ineguez Martinez, alvejado durante um dos confrontos, deu ao movimento um caráter mais resistente com sabotagens e boicotes.

A Federação Operária do Rio de Janeiro, por determinação judicial, encerrou suas atividades em 1917 e em seguida surgiu a União Geral dos Trabalhadores, com a pretensão de unir os sindicatos de resistência, já tão abalados pela constante perseguição.

Os períodos seguintes representaram um novo refluxo do movimento anarquista e estes tentaram suprir as dificuldades do movimento com a criação em 1919 da Aliança Anarquista, que tentou a união dos anarquistas em resposta a perdas na organização de seu movimento.

A Comissão de Legislação Social da Câmara dos deputados apresentou projetos de lei, inspirados nas convenções de Washington, que regulamentavam o trabalho fabril, a concessão do período de férias remuneradas e o trabalho do menor. O projeto foi apresentado no início dos anos 20, mas somente cinco anos depois retomaram a legislação.

O ministério da Agricultura propôs o funcionamento do Departamento Nacional do Trabalho, órgão criado desde 1918 e nunca posto em prática. Os industriais temiam que a regulamentação operária passasse do controle da fiscalização policial para a esfera deste departamento.

> Todavia, o que o empresariado realmente teme é que a arbitragem dos conflitos entre patrões e operários passe da esfera policial para o Departamento Nacional do Trabalho, como fora originalmente previsto quando da criação do organismo. Tal transferência de poderes permitiria, tanto ao governo como ao próprio proletariado, maiores condições de fiscalização do trabalho fabril. Para os empresários, a mediação entre patrões e operários deveria continuar a cargo do Chefe da Polícia, o que lhes permitia maior controle sobre as relações de trabalho (LEME, 1978:113).

Os movimentos operários organizados despertaram as autoridades para a necessidade de controle da classe. A lei de expulsão foi reeditada, instituindo a perseguição aos "elementos nocivos a ordem e aos propagadores da doutrina anarquista". Em 1921 e no ano seguinte criou-se uma delegacia específica para averiguação dos atos anarquistas acentuando o enfraquecimento da doutrina.

O movimento comunista, em crescimento desde da revolução proletária na Rússia, dividiu o movimento anarquista com a transição de companheiros militantes anárquicos para o grupo que fundou o Partido Comunista do Brasil (PCB). O ano de 1922 foi de grandes contestações políticas, com a mobilização de seguimentos militares, em busca de uma maior participação na política que hegemonicamente era controlada pelas oligarquias estaduais. A influência da vitoriosa revolução soviética representou para o movimento operário uma necessidade de maior organização e controle. O sistema de organização deveria ser exercido por um sindicato forte e os ideais comunistas se adaptavam melhor a esta centralização do poder operário.

As autoridades estavam temerosas do crescimento do comunismo no Brasil, principalmente depois do caminho trilhado pela Coluna Prestes e a exacerbação dos acontecimentos na Revolução Russa. Havia o receio de uma possível tentativa de trazer ao solo nacional as forças dessa organização social, o que levou a atitudes mais repressoras por parte das autoridades, que prenderam ou deportaram elementos acusados de subverter a ordem.

O país tomou novos rumos políticos com a perda da hegemonia oligárquica e o governo percebeu a importância de se conceder a algumas reivindicações dos trabalhadores e que com a criação de uma legislação própria conseguiria manter um maior controle sobre a classe operária. Legalizou a organização do movimento por

sindicatos e como forma de exercer um maior controle sobre as massas operárias criou o Ministério do Trabalho. Foram reconhecidos vários direitos reivindicados pelos sindicatos durante anos de luta numa tentativa política de manipulação da enorme massa populacional que se formara, a classe operária. Percebemos que o caminho percorrido pela classe operária configurou uma das principais preocupações por parte do governo que sempre esteve aliado ao interesse das classes dominantes detentoras das formas de produção e da economia do país com o intuito de controlar e manter o poder nas mãos de quem sempre os teve.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEAN, WARREN. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.

DULES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900 – 1935*; tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 1977.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: DIFEL.São Paulo. 1978

LEME, Marisa Saenz. *A Ideologia dos Industriais Brasileiros 1919-1945*. Editora Vozes. Rio de Janeiro. 1978.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de. *Mulheres e menores no trabalho industrial*: Os fatores sexo idade na dinâmica do capital. Editora Vozes. 1982.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, e Hall, Michel M. *A Classe Operária no Brasil 1889 – 1930.* Documentos. vol.1 – O Movimento Operário. São Paulo. Editora Alfa-Ômega. 1979.

SAMIS, Alexandre. Pavilhão negro sobre Pátria Oliva: Sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: *História do Movimento Operário Revolucionário* tradução: Plínio Augusto Coelho. – São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES. Observatório de políticas Sociais. 2004.

SILVA, Sérgio. *A Expansão Cafeeira e origens da Indústria no Brasil*. 6ª ed. São Paulo. Ed. Alfa-Omega.1985

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. Dominus Editora. São Paulo. 1966.